

EDUCAÇÃO E ECOLOGIA: APRENDENDO A CUIDAR DA CASA COMUM

Gilberto Antônio Orsolin*

André Orsolin**

Resumo: Este artigo que tem como tema “Educação e Ecologia: aprendendo a cuidar da casa comum” apresenta um breve estudo da realidade atual da Terra através da degradação ambiental, da preservação, da sustentabilidade e da ecologia integral, objetivando mostrar, conforme Junges (2001, p. 9) em que a educação de maneira ampla pode contribuir no desenvolvimento de uma consciência ecológica integral de forma que aprendamos a cuidar melhor da nossa casa comum. Para isso destacaremos alguns desafios ecológicos urgentes, a importância de cuidar do meio ambiente e algumas iniciativas educativas que precisam ser implementadas e levadas à prática. Diante desta proposta entende-se que em primeiro lugar a prática deve considerar todas as dimensões de vida da pessoa humana, pois o respeito ao meio ambiente representa um tesouro confiado a toda a humanidade, o qual deve ser cuidado através da cooperação nacional e internacional de forma colaborativa e solidária visando promover o desenvolvimento econômico sustentável.

Palavras-chave: Educação. Ecologia. Casa Comum.

Introdução

O aprendizado acontece de várias formas, dentre as quais podemos destacar a educação formal, aquela desenvolvida nas escolas, colégios e universidades, a qual visa apresentar o conhecimento ou as ideias de maneira sistematizada, mesmo sabendo que a educação de uma pessoa pode acontecer em grupos de convivência diferenciados, tais como:

* Membro da Sociedade do Apostolado Católico [SAC] dos Padres e Irmãos Palotinos. Tem graduação em Filosofia e Teologia. Possui mestrado em Teologia Dogmática pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, e doutorado em Teologia Moral pela Academia Alfonsiana da Pontifícia Universidade Lateranense de Roma. Atualmente é vice-diretor da Faculdade Palotina de Santa Maria [FAPAS/RS] e coordenador geral dos Cursos de Pós-Graduação da FAPAS/RS. Faculdade Palotina (FAPAS). E-mail: gilberto@pallottism.com.br.

** Possui graduação em Filosofia Licenciatura Plena - Faculdades Franciscanas (1997), Especialização em Uso Racional dos Recursos Naturais e seus Reflexos no Meio Ambiente - Universidade Federal de Viçosa (2002), Especialização em Ensino Religioso - Faculdade Palotina (2003) e Mestrado em Integração Latino-Americana - Universidade Federal de Santa Maria (2009). Atualmente é professor (Ensino Religioso) no Colégio Franciscano Sant'Anna, (Coordenador de Turno) no Colégio Antonio Alves Ramos. E-mail: andre.orsolin@hotmail.com.

clubes, igrejas, comunidades, às vezes, em pequenos grupos, dentre os quais o grupo por excelência onde a educação de um ser humano inicia, e que merece destaque, é a família, pois nesse contexto aprende a integrar-se e a conviver em grupo, bem como, outros valores.

Ao abordar o tema “Educação e Ecologia: aprendendo a cuidar da casa comum”, entende-se que se faz necessário ter certa motivação interior para o aprendizado, a qual é própria de cada indivíduo, mas que pode ser estimulada de alguma forma, por alguma pessoa e de diversas maneiras.

Nesse sentido, que se busca refletir e aprender um pouco sobre alguns aspectos da casa comum através da educação e da ecologia, onde se percebe que ambas se complementam e contribuem para uma motivação mais apurada para que realmente as pessoas sejam motivadas para agir na perspectiva do cuidado da casa comum.

A educação vem se fazendo/aprimorando conforme a necessidade e os objetivos de cada momento ou época da história. Conforme Luzuriaga (1981), dentre as principais fases da história da educação estão as seguintes: educação primitiva, educação oriental, educação clássica, educação medieval, educação humanista, educação cristã reformada, educação realista, educação naturalista e educação nacional, cada uma servindo um momento histórico. Nesse viés, atendendo a necessidade que a própria vida impõe a educação ambiental começa a surgir “com início dos movimentos de defesa da ecologia e do meio ambiente, marcada pelo livro “Primavera Silenciosa” (1962), da americana Raquel Carson” (QUINTINO, s/d), e posteriormente, em 1972, na conferência das Organizações das Nações Unidas (ONU), em Estocolmo, na Suécia, devido aos problemas ambientais sentiu-se a necessidade de desenvolver um programa ou recomendações sobre Educação Ambiental. A partir deste acontecimento a Educação Ambiental teve avanços mundiais e nacionais.

Contextualizando o aprendizado percebe-se a importância da existência de um diálogo entre as diversas fases da educação, nos diferentes momentos da história, em especial o tempo presente para evoluirmos de maneira positiva em defesa da vida de todos os seres vivos, em especial, a vida dos seres humanos.

1 Conhecer para preservar

A degradação ambiental, se expressa como perda de solos férteis, desertificação, gestão florestal insustentável, redução da disponibilidade de água doce, perda da biodiversidade, monocultura, desmatamentos, deterioração da qualidade da vida humana, degradação social, desigualdade Planetária, pobreza, tráfico humano e fraqueza das reações.

Segundo Brena (2010, p. 435-436) tudo isso nos alerta para o grande desafio de uma educação ecológica que seja condizente com a urgência de tais degradações, pois sabemos que na raiz da crise ecológica está o excessivo consumo que, requer a retirada desproporcional de recursos naturais da terra, provocando diversas consequências.

A ONU (2012, p. 28) destaca que o modelo de desenvolvimento global atual é insustentável e põe em risco a ocorrência de danos irreversíveis tanto aos ecossistemas quanto às comunidades humanas. O crescimento da produção e a evolução da humanidade geraram maiores demandas energéticas. Atualmente somos muito dependentes da energia, principalmente daquela produzida com recursos naturais fósseis. Quanto à produção das energias renováveis há uma forte resistência política e, principalmente, econômica.

Percebemos que a contaminação hídrica enfraquece ou destrói os ecossistemas naturais, dos quais dependem a saúde humana, a produção de alimentos e a biodiversidade.¹ O mapa da falta d'água no mundo é preocupante e muitos países já estão com problemas sérios, neste sentido.² Aproximadamente 3,4 bilhões de pessoas no mundo sofrem com a falta ou escassez de água potável e, destas, a maioria vive nos países em desenvolvimento.³ Para Rossi (2008, 49) somente 10% da água é usada para o consumo doméstico, 25% pelas indústrias e 70% pela agricultura.⁴

Conforme Shiva (2003, p. 9-17 e 80-94) a privatização da água, que limita ainda mais os pobres ao seu acesso, está gerando conflitos e guerras. Vivemos num período onde há uma grande disputa de interesses empresariais em privatizar a água. Quem detém as reservas de água doce detém também a comercialização da mesma.

Por outro lado, notamos que a monocultura leva ao desgaste e empobrecimento da terra. Desde 1900 até os dias atuais foram perdidos 75% da diversidade de culturas, ou seja, quase todos os agricultores plantam os mesmos produtos em grande escala, especialmente para a produção de sementes destinadas a biocombustíveis.⁵ A produção de sementes

¹ AGENCIA NACIONAL DAS ÁGUAS, *Cuidando das águas: Solução pra melhorar a qualidade dos recursos hídricos*, ANA, Brasília 2011, 16. O artigo 25 da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, de 1948, define a água como um direito à vida. Também na *Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano*, em 1972, a água é declarada como um bem comum universal. ARMAROLI Nicola, «Le risorsenaturali...», 512.

² ONU, *Rio+20: Fatos sobre água e saneamento*, ONU, Rio de Janeiro 2012, 1.

³ ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), *Rio+20: Fatos sobre...*, 1.

⁴ Para uma descrição mais detalhada ver em DOCUMENTÁRIO LA TERRA VISTA DALCIELO, *Acqua*, in <http://www.rai.tv/dl/replaytv/replaytv.html?day=2014-02-18&ch=31&v=328851&vd=2014-02-18&vc=31#day=2014-02-18&ch=31&v=329293&vd=2014-02-19&vc=31> (consultado em 20.02.2014). ONU, *Rio+20: Fatos sobre ...*, 1.

⁵ AZARIAH Jayapaul, «Una gestione...», 167; *Documento Home...*

geneticamente modificadas, cujo monopólio está nas mãos de gruposeconômicos multinacionais, deixa rastros visíveis da total destruição das sementes naturais.

Em relação ao desaparecimento das florestas, sabemos que no continente Latino Americano e Caribenho, em 2010, foram desmatados 3.5 milhões de hectares de florestas. Um quarto da população mundial, aproximadamente 1,6 bilhão de pessoas, tiram da floresta o seu meio de subsistência.⁶Sabemos que as florestas são de fundamental importância, pois através de um complexo sistema incidem eminentemente na vida das mais variadas espécies.

De acordo com O'Sullivan (2009, p. 154-155) estudos apontam que, há séculos, a terra vem sendo sistematicamente depredada. A cada dia desaparecem para sempre 10 espécies de seres vivos. Com eles some para sempre uma biblioteca de conhecimentos que a própria natureza sabiamente havia acumulado.

A mudança climática é uma ameaça para o futuro e se faz sentir de forma visível em nossos dias, em todo o nosso planeta. Apesar das medidas tomadas em favor de uma sensível diminuição das emissões anuais globais de dióxido de carbono, essa aumentou aproximadamente 38% entre 1990 e 2009, agravando-se a partir do ano 2000.

Um outro grave desafio que a educação ecológica deverá enfrentar é o da fome e distribuição de alimentos no mundo. Atualmente mais de um bilhão de pessoas ainda vivem na extrema miséria padecendo fome e subnutrição. A produção de alimentos cresceu a um ritmo superior ao crescimento da população, mas 868 milhões de pessoas no mundo ainda passam fome (12,5% da população mundial), destes 36% vivem na Ásia Meridional. E há uma previsão que em 2050 serão aproximadamente 2 bilhões. Um dado positivo em meio à chaga da fome é que houve uma diminuição do percentual da população mundial que vive em extrema pobreza. Em 1990 eram 46% e atualmente são 27%.⁷

Para Mejia (2010, p. 5-21) outra questão não menos relevante que é uma das causas da fome no mundo é a degradação da terra que, por causa da desertificação, secas, uso incorreto da terra, pode haver uma redução mundial da produção de alimentos na ordem de 12% nos próximos 25 anos.

Um dado preocupante e, ao mesmo tempo paradoxal, é o fato que enquanto 868 milhões de pessoas passam fome no mundo, 1,3 bilhão de toneladas de alimentos ano cerca de 1/3 do total de alimentos mundialmente produzidos são desperdiçados.⁸ Mesmo com o

⁶ONU, Rio + 20, *Do Rio à Rio + 20, Progresso...*, 3. Outros dados da ONU, *Povos resilientes...*, 28.

⁷FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO), *El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo*, FAO, Roma 2012, 3, 15, 27, 31. No mês de março de 2017 a ONU divulgou que estamos vivendo a maior calamidade humanitária desde 1945.

⁸ONU, *Povos resilientes...*, 58.

aumento da população mundial, hoje somos 7 bilhões, a produção de alimentos é suficiente para alimentar toda esta população.⁹

2 Nos caminhos da sustentabilidade

Para enfrentar adequadamente todos estes desafios ecológicos e alcançar os seus objetivos o *Relatório do Painel de Alto Nível do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global* apresenta as propostas de ação da ONU, que foram elaboradas na ótica do desenvolvimento sustentável¹⁰ e indica, entre outras que: é necessário que os governos garantam a democracia e cumpram os compromissos internacionais para erradicar a pobreza, promover os direitos humanos e a segurança humana e fazer avançar a igualdade de gênero; promover a educação para o desenvolvimento sustentável; capacitar os consumidores para fazerem escolhas sustentáveis e promover o comportamento responsável de maneira individual e coletiva; gerenciar os recursos e possibilitar uma Revolução Verde do século XXI; aumentar a produtividade dentro de uma concepção sustentável; estabelecer os custos ambientais e sociais dos produtos e serviços, bem como, da desigualdade social.

Para a difusão de fontes energéticas renováveis, o relatório recomenda que os governos trabalhem em conjunto com as partes interessadas para assegurar o acesso universal à energia sustentável de custo acessível até 2030, bem como buscar dobrar a taxa de melhoria da eficiência energética e da parcela de energia renovável na matriz de energia global. Os governos e organizações internacionais devem promover tecnologias de economia de energia renovável mediante o incentivo à pesquisa e desenvolvimento e investimento, neste sentido.

Quanto às energias fósseis, o relatório propõe a redução dos subsídios aos combustíveis fósseis. Sabe-se que outros setores econômicos, além daquele energético, estão pautados no desenvolvimento insustentável, onde não estão contabilizados os custos sociais e ambientais deste desenvolvimento. A partir desta constatação propõe-se então que os governos estabeleçam mecanismos inovadores baseados no mercado para criar incentivos para que as empresas se voltem para padrões mais sustentáveis de produção.¹¹ Economias

⁹ONU, *Povos resilientes...*, 28. *Documentário Home...*AZARIAH J., «Una gestione...», 168. Aprofunda a questão sobre o aumento do preço dos alimentos e fome.

¹⁰ONU, *Povos resilientes...*, 1. ONU, *Una nueva alianza mundial: erradicar la pobreza y transformar las economías através del desarrollo sostenible*, ONU, New York 2013.

¹¹ONU, *Povos resilientes...*, nn. 5-153,

mais diversificadas, com oportunidades iguais para todos, podem promover a inclusão social, especialmente para os jovens, e promover o respeito pelo meio ambiente.¹²

A solução para diminuir o desflorestamento consiste em aumentar a difusão e implementação de esquemas para criar pagamentos por serviços ecossistêmicos que dão incentivos para conservar a biodiversidade, reduzir o desmatamento, restaurar florestas, proteger bacias hidrográficas ou reduzir a erosão do solo, ao mesmo tempo em que estimulam o crescimento econômico e reduzem a pobreza.

Bolsa verde, um programa nacional brasileiro dentro do *Plano Brasil Sem Miséria* para a erradicação da pobreza. O programa distribui fundos adicionais às famílias que vivem em extrema pobreza que se comprometem a promover a conservação ambiental nas áreas em que vivem e trabalham.¹³

Para melhorar a qualidade dos recursos hídricos é necessário prevenir a poluição, tratar a água poluída e restaurar ecossistemas. Tais práticas possibilitam a reutilização de matéria biológica e limitam a dependência de insumos químicos e outras tecnologias intensivas em energia. Merece destaque a conservação do solo e da água, o uso de cobertura orgânica e a construção de diques, controle da erosão e a ampliação do estoque de matéria orgânica e da biodiversidade do solo.¹⁴

Segundo a Agência Nacional das Águas (ANA), (2011, p. 24-25) a captação de águas pluviais também é estimulada, bem como a rotação de culturas, a incorporação de resíduos vegetais à terra, o uso de barreiras naturais para combater a erosão, o reflorestamento, a adubação verde e o emprego de esterco no lugar de fertilizantes sintéticos.

Para a diminuição do lixo existem ações operativas como a “Responsabilidade Ampliada do Produtor” (REP), onde os produtores, em primeiro lugar, respondem pelos custos dos remanescentes materiais de consumo, com a implementação de políticas preventivas diminuindo o lixo e aumentando a reciclagem.¹⁵

¹² ONU, *Una nueva alianza...*, 33. RIGGIO Giuseppe – SALA Sergio, «Un altro mondo è urgente», in *Aggiornamenti Sociali* 4 (2009) 281-290.

¹³ ONU, *Povos resilientes...*, nn. 83 e 150.

¹⁴ AGENCIA NACIONAL DAS ÁGUAS (ANA), *Cuidando das águas: soluções para melhorar a qualidade dos recursos hídricos*, ANA, Brasília 2011, 52.

¹⁵ ABRAMOVAY Ricardo – SPERANZA Juliana S. – PETITGANDCécile, *Lixo zero: gestão de resíduos sólidos para uma sociedade mais prospera*. Instituto Ethos, São Paulo 2013, 30- 32. A *Carta da Terra* também fixa quatro princípios basilares para a construção de «um modo de vida sustentável como critério comum», que são inspiradores para uma nova educação ecológica que são: respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade; cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor; construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas; garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações.

3 Francisco: uma ecologia integral

O Papa Francisco com a sua Encíclica *Laudato Si* de junho de 2015, faz uma profunda análise da questão ecológica e nos dá indicações preciosas de como desenvolver uma educação que defenda e promova vida de forma integral. A seguir vamos destacar algumas de suas intuições. Ele alerta a humanidade a tomar dolorosa consciência da degradação ecológica e ousar transformar, para o contraste entre a rapidez e constância das mudanças e o ritmo da natureza, para o modelo de desenvolvimento pautado pelo mercado e centrado no consumo de bens e não orientados para o bem comum e para o desenvolvimento integral e sustentável, para a abordagem ecológica que se torna uma abordagem social, onde o ouvir o clamor da terra e ouvir o clamor dos pobres andam juntos, que o dominar a terra só pode significar proteger, cuidar, preservar, velar e não pode servir de justificativa para um “domínio absoluto e devastador nem para um antropocentrismo desordenado e que a criação só pode ser concebida como dom.

Ademais, o Papa Francisco acentua que a preocupação com a natureza compreende a compaixão com os seres humanos, que o meio ambiente deve ser considerado à luz do destino comum dos bens e ser considerado um bem coletivo à dignidade de cada pessoa humana, que a fragmentação do saber leva a perda do sentido da realidade, que não haverá uma nova relação com a natureza, sem um ser humano novo e que precisamos superar o relativismo prático “tudo que não serve aos interesses é irrelevante”.

Ele aponta para uma ecologia integral que engloba aspectos que vão da vida cotidiana até a justiça internacional, seguindo o princípio do bem comum e da dignidade da criação. Tal ecologia deverá proporcionar: uma educação *ecologia econômica* que deverá ser capaz de considerar a realidade de forma mais ampla e não se deixar levar por cálculos tendentes unicamente a simplificar os processos e reduzir os custos; uma *ecologia social* que necessariamente seja institucional e progressivamente alcance as diferentes dimensões, que vão desde o grupo social primário, a família, até à vida internacional, passando pela comunidade local e pela nação; uma *ecologia cultural* que evite a imposição de um estilo hegemônico de vida ligado a um modo de produção que pode ser tão nocivo como a alteração dos ecossistemas; uma *ecologia humana* que reflete sobre as cidades (habitação, espaço urbano, transportes) e sobre a vida em ambientes rurais e que também trate da “lei moral inscrita na própria natureza humana”, sobre a relação com o próprio corpo e sobre o sentido da própria feminilidade ou masculinidade; uma ecologia que compreende também o princípio

da *justiça intergeracional*- a terra nos é dada, não podemos pensar apenas a partir dum critério utilitarista de eficiência e produtividade para lucro individual.

Para que haja uma ação mais eficiente e duradoura, o Papa Francisco indica o diálogo sobre o meio ambiente na política internacional, para as novas políticas nacionais e locais, o diálogo e transparência nos processos decisórios, a política e economia em diálogo para a plenitude humana e as religiões no diálogo com as ciências. Segundo ele, trata-se de construir um projeto comum a partir de um consenso mundial em torno do modelo de desenvolvimento integral, ético, na solidariedade de todos os povos e sustentável usando preferencial as energias renováveis.

Isto requer a maturação de instituições internacionais mais fortes e eficazmente organizadas, com autoridades designadas de maneira imparcial, por meio de acordos entre os governos nacionais, controle de parte dos cidadãos do poder político nacional, regional e local, de redefinir o progresso. Educar para a aliança entre a humanidade e o ambiente, para a alegria e a paz, o amor civil e político. Ponto de partida: antes de tudo é a humanidade que precisa mudar, superar o consumismo impulsivo, o paradigma técnico científico e a auto referencialidade, trata-se de estimular a sensibilidade social dos consumidores e a capacidade de sair de si mesmos rumo aos outros. A aliança entre a humanidade e o meio ambiente é um dos objetivos da educação ecológica e se traduz em novos hábitos.

O regresso à simplicidade, a felicidade de limitar algumas necessidades, a sobriedade e a humildade são sinais de uma espiritualidade ecológica que pode crescer com a educação. Ela permite também alargar a compreensão da paz, que se realiza no dia a dia como harmonia serena recuperada. É preciso voltar a sentir que precisamos uns dos outros, que temos uma responsabilidade para com os outros e com o mundo, que vale a pena ser bons e honestos e abrir-nos ao amor universal.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil também tem se ocupado incansavelmente em despertar e educar a consciência dos fiéis para o cuidado com o meio ambiente. O tema proposto pela Campanha da Fraternidade de 2017 é *Fraternidade: Biomas Brasileiros e a Defesa da Vida* e o lema *cultivar e guardar a criação*.¹⁶

No Brasil temos seis biomas: a Mata Atlântica, a Amazônia, o Cerrado, o Pantanal, a Caatinga e o Pampa. Nesses biomas vivem pessoas, povos, resultantes da imensa

¹⁶ CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/ Campanha da Fraternidade 2017: Manual, Brasília, Edições CNBB. 2016. Campanhas da Fraternidade dedicadas ao meio ambiente: a CF de 1979, com o tema *Preserve o que é de todos*; a CF de 2002, com o tema *Fraternidade e povos indígenas*; a CF de 2004, com o tema *Fraternidade e a água*; a CF de 2007, com o tema *Fraternidade e Amazônia*; a CF de 2008, com o tema *Fraternidade e defesa da vida*; a CF de 2011, com o tema *Fraternidade e vida no planeta*; a CF de 2014, como o tema *Fraternidade e tráfico humano* e a CF de 2017, com o tema *Biomas Brasileiros e a Defesa da Vida*.

miscigenação brasileira. O objetivo geral da CF é cuidar da criação, de modo especial dos biomas brasileiros, dons de Deus, e promover relações fraternas com a vida e a cultura dos povos, à luz do Evangelho.

Conclusão

Conforme Mejia (2010, p. 5-21) pela primeira vez estamos diante de uma crise ecológica de dimensão planetária, provocada, fundamentalmente pela ação humana. Esta situação, embora gere inconformidade, leva algumas pessoas ao pessimismo e à sensação de impotência e outras, a reação proativa. Embora perplexos diante das mais variadas, graves e urgentes questões ecológicas, e todas as suas implicações, precisamos nos encorajar e agir na busca de novas respostas educativas éticas que tenham mais incidências concretas em defesa da vida, em todas as suas manifestações.

Os bens da terra não podem ser vistos somente na ótica desenfreada do lucro. Todo e qualquer desenvolvimento econômico deve levar em conta, em primeiro lugar, o bem da pessoa humana, de todas as pessoas e em todas as suas dimensões. O respeito pelo meio ambiente representa um tesouro confiado a toda à humanidade. Nações e indivíduos têm o dever moral de proteger o patrimônio comum da terra e a comunidade internacional é chamada a aperfeiçoar políticas que assegurem que a herança de um meio natural puro, seja legado também às gerações futuras.¹⁷ Para isso, é necessário promover o desenvolvimento econômico sustentável, que exige a cooperação nacional e internacional fundadas na colaboração e na solidariedade.

De acordo Zuccaro (2009, p. 238) a sobriedade que decorre do agir responsável e que implica sempre a adoção de um compromisso ético, só é possível num contexto de gratuidade. Para Biagi (2010, 28-30) a sobriedade passa pela mudança dos nossos estilos de vida e consumo não como renúncia, mas critério de uma vida bem vivida no qual temos o autocontrole de nossos atos. Para ele o estilo de vida sóbrio apresenta-se em três níveis que estão necessariamente interligadas entre si: o pessoal, interpessoal e comunitário institucional. Assim, a sobriedade progride proporcionalmente da maneira em que investimos em novas práticas de convivência e de coparticipação, iniciando da rede de familiares, dos vizinhos e do bairro. Já a nível institucional a sobriedade representa a destinação dos bens universais

¹⁷ *Gaudium et Spes* n. 81.

fundamentais para a vida e se “abre ao vasto campo das políticas ecológicas, alimentares, habitativas, energética, hídrica, do lixo e da agricultura” (BIAGI, 2010).

Uma educação ecológica condizente à promoção e o cuidado da nossa casa comum pede que sejamos agentes transformadores das causas estruturais que geram este comportamento predatório da natureza. Usar com moderação, não desperdiçar e partilhar os bens produzidos e os frutos da terra. Nesta direção a educação tem um papel fundamental. Cada um deve interrogar-se sobre as suas atitudes quotidianas e as decisões a serem tomadas. O modo com que o homem trata o ambiente influem sobre o modo como trata a si mesmo e os demais seres humanos. Um comportamento menos agressivo ao ambiente natural ajudará a descobrir e valorizar melhor os bens confiados à responsabilidade de todos e de cada um. Para Orsolin (2015) trata-se de assumir uma atitude interior de responsabilidade, capaz de inspirar um modo novo de vida diferente, com a sobriedade necessária no comportamento e no consumo. É injusto que poucos privilegiados sigam acumulando bens supérfluos, esbanjando os recursos disponíveis, quando uma grande multidão de pessoas vivem em condições de miséria.

Conforme Pontificio Consejo Justicia y Paz¹⁸ (2005, p. 466-467) a responsabilidade do meio ambiente se estende não só às exigências do presente, mas também daquelas do futuro. É uma responsabilidade que as gerações presentes tenham em relação às gerações futuras.

Se ao progresso técnico não corresponde com um progresso da formação ética do homem, com o crescimento interior do homem, não é um progresso, mas uma ameaça para o homem e para o mundo. Neste sentido, faz-se necessário uma maior colaboração internacional, através da qual a responsabilidade pelo meio ambiente deve encontrar uma tradução adequada a nível jurídico e introduzir também sanções para quem a destrói. Constata-se que uma relação mais respeitosa com a natureza favorece, também, a construção da paz no mundo.

Na sobriedade e na mudança radical de mentalidade, apontando para um novo estilo de vida, encontra-se a grande solução face aos problemas ecológicos. Daí a constatação de que as soluções devem ser geradas e desenvolvidas dentro do próprio homem, dado que a melhor forma de respeitar a natureza é promover uma educação ecológica humana integral e aberta à transcendência.

¹⁸ Tradução nossa: Pontificio Conselho Justiça e paz.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo – SPERANZA, Juliana S. – PETITGAND, Cécile. **Lixo zero: gestão de resíduos sólidos para uma sociedade mais prospera.** Instituto Ethos: São Paulo, 2013, p. 30-32.

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS (ANA). **Cuidando das águas: soluções para melhorar a qualidade dos recursos hídricos.** ANA. Brasília: 2011, p. 52.

BIAGI, Lorenzo. Il ritorno della sobrietà per necessità o per scelta. In: **Rivista di Teologia Morale**, 165, p. 28-30, 2010.

BRENA, Gian L. Ecologia: interpretare teologicamente un tempo di minaccia. In: **Studia Patavina**, n. 57, p. 435-436, 2010.

DOCUMENTÁRIO LA TERRA VISTA DALCIELO, Acqua, in <http://www.rai.tv/dl/replaytv/replaytv.html?day=2014-02-18&ch=31&v=328851&vd=2014-02-18&vc=31#day=2014-02-18&ch=31&v=329293&vd=2014-02-19&vc=31> (consultado em 20.02.2014). ONU, Rio+20: Fatos sobre ..., 1.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZACION (FAO). **El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo.** FAO. Roma: 2012. p. 3. p. 15. p. 27. p. 31.

JUNGES, José R. **Ecologia e criação.** Loyola: São Paulo, 2001.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia.** 13 ed. São Paulo: Nacional, 1981.

MEJIA GUERRA, Juan A.. Dimensões da crise ecológica. In: **REB**, n. 277, p. 5-21, 2010. .

O'SULLIVAN Marian. Na Tairseach una riposta dominicana alle sfide ecologiche. In: **Concilium**, n. 5, p. 154-155, 2009.

ONU. **Rio+20: Fatos sobre água e saneamento.** ONU: Rio de Janeiro. 2012.

ONU. **Una nueva alianza mundial: erradicar la pobreza y transformar las economías através del desarrollo sostenible.** ONU: New York, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Povos resilientes, planeta resiliente: um futuro digno de escolha.** Nações Unidas: Nova York, 2012, p. 28.

ORSOLIN, Gilberto Antônio. **Ecologia: a contribuição do magistério da Igreja.** Santa Maria: Biblos, 2015.

PONTIFICIO CONSEJO JUSTICIA Y PAZ. **Compendio de la doctrina social de la Iglesia.** BAC: Madrid, 2005, p. 466-467.

QUINTINO, Carlos Alberto A. **Um histórico sobre a Educação Ambiental no Brasil e no mundo**. Disponível em: < <http://www3.unifai.edu.br/um-hist%C3%B3rico-sobre-educa%C3%A7%C3%A3o-ambiental-no-brasil-e-no-mundo>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

ROSSI, Giuseppe. Prospettive etiche nell'uso delle risorse idriche. In: **Bioetica e Cultura**, n.1, p. 49, 2008.

SHIVA, Vandana. **Le guerre dell'acqua**, Feltrinelli. Milano, 2003, p. 9-17 e 80-94.

ZUCCARO, Cataldo. Cultura della sobrietà, consumo critico, salvaguardia del creato. In: **Rivista di Teologia Morale**, n.162, p. 238, 2009.